

## Provocação - Painel Debate

Há mais de duzentos anos entre a criação das duas primeiras faculdades brasileiras no Brasil Colônia, em 1808, e a lei de cotas, em 2012. Assim, o ensino superior no Brasil possui um histórico marcado pelo seletivismo de uma meritocracia excludente que se destinava a incorporar os membros de classes sociais privilegiadas, majoritariamente brancos.

Nas Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior), a ruptura desse sistema elitista começa nos anos 2000. Com a criação de cursos e ampliação de vagas pelo REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), iniciadas em 2003, a implementação do Pnaes (Plano Nacional de Assistência Estudantil) em 2007 e a garantia do ingresso de estudantes de camadas populares com a destinação de 50% das vagas a alunos oriundos de escolas públicas pela lei 12.711/2012, há uma diversificação do público universitário.

Essa mudança no perfil de ingressantes demanda maior atenção às questões relacionadas à permanência estudantil. Para além da democratização do acesso, é necessário reunir ações que diminuam as barreiras da desigualdade social durante a estadia na universidade. O Pnaes prevê a execução descentralizada das ações de assistência. Assim, os programas precisam ser adequados às características de cada instituição para que os recursos sejam, de fato, suficientes à realidade daquela comunidade discente.

No entanto, algumas dessas iniciativas acabam sendo desmontadas, deixadas de lado ou não são atualizadas: os cortes orçamentários das Ifes causam redução de ações viabilizadas com recursos próprios; os programas com bolsas cujos valores não sofrem reajustes reduzindo o valor real do auxílio; a suspensão das novas ofertas de programas como o da Bolsa Permanência afeta os alunos de cursos com grande carga horária.

Para aqueles estudantes que não contam com nenhum subsídio das famílias, não são eficazes os editais que restringem o acúmulo de benefícios como bolsas acadêmicas e outras atividades remuneradas. Portanto, as políticas de permanência devem ser pensadas para além de assistencialismo financeiro, da garantia básica da alimentação e moradia, visto que a desigualdade social cria diversas barreiras além de obstáculos culturais.

Os alunos de classes mais favorecidas, pela herança de seu meio social, possuem características culturais que impulsionam seu desempenho, com uma relação mais naturalizada com os conteúdos e com o incentivo familiar ao próprio hábito de estudo. Enquanto isso, os alunos vindos de camadas populares representam a primeira geração de suas famílias a ocuparem uma vaga no ensino superior. Eles não possuem o mesmo apoio e

orientação da família para questões acadêmicas e enfrentam dificuldades para se manter em um ambiente que foi historicamente projetado para outro público e faz exigências implícitas.

Adentrando o ambiente universitário, é comum ainda que haja discrepância de bagagem de conteúdo entre os alunos oriundos de escolas particulares e públicas. O estudante vulnerável de escola pública precisa, além de correr atrás do conteúdo defasado, desenvolver uma nova relação com o estudo e novos hábitos. Há um conflito entre a rotina acadêmica e os costumes que o estudante traz consigo, gerando sentimentos de não pertencimento àquela realidade. Esses sentimentos são ainda mais agravados por alguns docentes que são pouco empáticos e reforçam as diferenças em sala de aula, ao invés de promover a inclusão pela educação.

Os programas de orientação acadêmica e de apoio educacional, como tutorias e mentorias são de grande importância para que os alunos desenvolvam uma melhor relação com sua universidade. No entanto, muitas vezes estão alocados em órgãos relacionados ao ensino, e não aos órgãos relacionados à assistência. Assim, é comum que o estudante não o acesse os serviços por desconhecimento da oferta. Além disso, quando realizados em caráter compulsório ou com docentes pouco dispostos têm o efeito contrário ao desejado.

A relação discente-docente é um ponto crucial da permanência na universidade. O professor é a principal interface entre o aluno e a instituição, e muitas vezes seu comportamento é responsável por minar a motivação dos discentes em continuar uma formação: volume desproporcional de atividades; falta de vontade, avaliações incompatíveis com o conteúdo apresentado; frases depreciativas; reprovação em massa; perseguição; discriminação; preconceito; assédio moral; assédio sexual; agressão física.

Parte desse comportamento inadequado não é sequer velado e, pelo contrário, gaba-se da má fama. Mas os seus pares são maioria nos conselhos e normalmente estão no comando da maioria dos órgãos administrativos das universidades. Assim, ao tornar-se professor permanente, ganha-se um status de grande poder de atingir alunos e torna-se praticamente inabalável.

Nas federais é muito comum que os estudantes estejam longe de suas famílias e amigos, suas principais redes de apoio. Em alguns cursos, a competitividade entre alunos dificulta o estabelecimento de relações saudáveis de amizade entre colegas. Assim, o isolamento somado a todo esse atrito resultante de tantos novos desafios muitas vezes culminará em sofrimento psicológico para o estudante.

As consequências de tanta pressão podem acabar por ser mais trágicas que um eventual abandono. Assim, ações e espaços que busquem o desenvolvimento de boas

relações, descontração e integração entre a comunidade acadêmica são necessárias para a manutenção da saúde mental dos estudantes. A busca por referências em serviços de saúde para que os alunos possam buscar atendimento psicológico e psiquiátrico é de suma importância.

A permanência estudantil deveria ser princípio da organização e do desenvolvimento de atividades das instituições, não somente um objetivo para melhora de taxas de sucesso pelas administrações. Com isso, deve nortear as ações em todas as instâncias, do acolhimento do aluno em sala de aula às decisões dos Conselhos Superiores, com atenção para os contextos diferentes que demandam ações específicas, como os dos cursos em implementação, cursos noturnos, cursos com elevada carga horária.

Os programas de permanência das universidades públicas precisam ser melhor divulgados antes mesmo da inscrição, pois há egressos do ensino médio que nem imaginam as possibilidades de assistência oferecidas pelas instituições e por isso não se permitem sonhar em ocupar as vagas que nós ocupamos hoje. Por fim, antes de termos a conclusão do curso como o medidor do “sucesso” das políticas, é necessário que as ações para democratização do ingresso desses alunos sejam mais eficazes. Precisamos combater as fraudes que tomam vagas dos alunos para quem elas realmente seriam destinadas.